



Vereador de São Carlos vistoriou trecho após reclamações de moradores

“CPFL ‘assassina’ as copas das árvores”, diz vereador de São Carlos

O vereador Lineu Navarro criticou a poda realizada pela CPFL em árvores de São Carlos, classificando o serviço como um “assassinato” das copas. Segundo o parlamentar, moradores têm denunciado cortes excessivos em diferentes regiões da cidade. Durante vistoria na Rua Padre Teixeira, ele afirmou ter encontrado um quarteirão onde dez árvores tiveram as copas drasticamente reduzidas. Embora reconheça a necessidade da manutenção da rede elétrica, Lineu defende que o serviço seja executado com critérios técnicos para preservar a saúde das espécies. O vereador informou que encaminhará ofícios à Prefeitura, à CPFL, ao Ministério Público e ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (Condema), solicitando fiscalização e providências para evitar novos casos.

Obra na Murchid Homsí em duas audiências

A Câmara de São José do Rio Preto realiza, nos dias 12 e 13 de agosto, duas audiências públicas para discutir o projeto de revitalização da Avenida Murchid Homsí. O principal ponto de debate é a previsão de retirada de 943 das 1.323 árvores existentes na via. O Executivo afirma que a intervenção possui licenças ambientais e prevê compensação com novos plantios. Técnicos e representantes da Prefeitura participarão das discussões sobre a obra, estimada em R\$ 29 milhões.



Audiências discutirão impactos ambientais da obra em Rio Preto

Taubaté aprova CPI sobre áreas da CTEEP

A Câmara de Taubaté aprovou a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis irregularidades na manutenção das áreas públicas sob linhas de alta tensão administradas pela CTEEP – ISA Energia Brasil. A investigação abrangerá serviços como capina, limpeza, descarte irregular de entulho, construção e manutenção de calçadas e muros. Segundo os vereadores, a falta de conservação tem provocado acúmulo de mato, queimadas e transtornos em bairros da cidade. O relatório final deverá ser apresentado até 29 de novembro.

CEI do Estacionamento faz nova oitiva em Bauru

A Comissão Especial de Inquérito (CEI) da Câmara de Bauru realiza, nesta quinta-feira (6), mais uma reunião para apurar o contrato do estacionamento rotativo entre a Emdurb e o Consórcio Park Bauru. Serão ouvidos os advogados Rafael Cunha de Souza e Rodrigo de Oliveira, do Departamento Jurídico da Emdurb, para esclarecer aspectos jurídicos relacionados à suspensão da ampliação do serviço.

Nova Rodoviária

Sorocaba publicou lei que redefine a destinação de áreas públicas para viabilizar projetos de mobilidade e preservação ambiental. A norma regulariza imóveis destinados ao sistema viário, à futura rodoviária e à Reserva Raposo Tavares. A medida garante respaldo jurídico para a implantação e manutenção desses equipamentos públicos.

R\$ 1,6 milhão em créditos

A Câmara de Araraquara aprovou a abertura de R\$ 1,6 milhão em créditos para investimentos em educação, cultura e saneamento. Os vereadores também autorizaram o sepultamento de animais domésticos de pequeno porte em jazigos familiares e aprovaram a criação da Política Municipal pela Primeira Infância.

Zoneamento em Franca

A Câmara de Franca aprovou projeto que altera o zoneamento de um lote no Recanto Fortuna, permitindo a instalação de uma vinícola e de uma agroindústria para produção de vinhos, mediante cumprimento das exigências ambientais. Os vereadores também aprovaram proposta sobre a cessão dos direitos de lavra da jazida da EMDEF.

Placas em braille

A Comissão de Educação e Saúde da Câmara de Bragança Paulista emitiu parecer favorável ao projeto que obriga a instalação de placas em braille nos prédios da administração municipal. O colegiado também aprovou proposta que institui o Dia Municipal da Comunidade Nipo-Brasileira, a ser celebrado anualmente em 18 de junho.

Residencial atinge 40%

As obras do Residencial Cravos, em Jundiá, chegaram a 40% de execução e devem beneficiar 132 famílias com moradias do programa Minha Casa, Minha Vida. O empreendimento, no bairro Fazenda Grande, contará com apartamentos de dois dormitórios, sala, cozinha, banheiro, área de serviço e varanda, destinados a famílias de baixa renda.

Multiartista São-Roquense

A Câmara Municipal de São Roque realiza, na quarta-feira (12), às 19h, sessão solene pelos 369 anos de fundação do município e 194 anos do Legislativo. A cerimônia homenageará personalidades e instituições e marcará a abertura da mostra “Darcy Penteado: O Multiartista São-Roquense”, em celebração ao centenário do artista.



Comissão depende da aprovação de oito vereadores para ser instalada

Cobrança de ISSQN reacende debate tributário em São Roque

Vereador Diego Costa afirma ter recebido reclamações e propõe comissão

Por **Raphaela Cordeiro**

A cobrança de tributos sobre imóveis voltou ao centro do debate político em São Roque. O vereador Diego Costa anunciou que pretende protocolar a criação de uma Comissão de Assuntos Relevantes (CAR) na Câmara Municipal para apurar reclamações de moradores relacionadas à cobrança do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre obras identificadas em imóveis do município.

Segundo o parlamentar, moradores procuraram seu gabinete relatando terem recebido cobranças do imposto sem notificação prévia. A proposta da comissão deverá ser votada nas próximas semanas. Para ser instalada, a CAR precisa do apoio de oito vereadores.

A discussão ocorre após a polêmica envolvendo o IPTU em São Roque. Em 2025, moradores protestaram contra aumentos expressivos no imposto, atribuídos à aplicação de regras previstas em legislação municipal e à atualização do cadastro imobiliário realizada pela Prefeitura. Segundo a administração municipal, imóveis que ainda utilizavam alíquotas antigas, de 0,3% ou 0,4% sobre o valor venal, pas-

saram a recolher 1%, conforme legislação aprovada em 2018. Em 2023, o município contratou uma empresa de geotecnologia para realizar o mapeamento aéreo e terrestre da cidade. Na ocasião, a administração informou ter identificado cerca de um milhão de metros quadrados de áreas construídas que não constavam no cadastro imobiliário.

Na época, a Prefeitura comunicou que os proprietários seriam notificados para apresentar esclarecimentos e recursos e que, após a análise desses processos, poderiam ser realizados tanto o cadastramento das áreas no IPTU quanto o lançamento do ISSQN sobre as construções identificadas.

Para Diego, entretanto, a forma como as cobranças estariam chegando aos moradores precisa ser esclarecida. Além do impacto financeiro provocado pela atualização do IPTU, os contribuintes agora estariam sendo surpreendidos com o lançamento do ISSQN, motivo pelo qual defende uma apuração por parte da Câmara.

O Correio da Manhã pediu posicionamento da Prefeitura de São Roque mas, até o fechamento desta edição, não obtivemos retorno.